

Na sequência das informações vindas a público na última semana relacionadas com a gestão da IdD – Portugal Defence SA, a Ministra da Defesa Nacional endereçou hoje uma carta ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas solicitando que seja incluída no Plano de Fiscalização do tribunal uma auditoria financeira àquela empresa.

Adicionalmente, recorda-se que, conforme informação já remetida pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN) à Assembleia da República, em 2022 houve um reforço da ação da Inspeção-Geral da Defesa Nacional no sentido de realizar auditorias e outras ações nos serviços e organismos do MDN e empresas da Defesa, e que já foram realizadas ou estão em curso ações inspetivas nas áreas do património, das empreitadas de obras públicas e da contratação pública, entre outras que abaixo se desenvolve:

Reforço da ação inspetiva da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, no sentido de:

- a) Promover a realização de auditorias e ações orientadas à gestão do risco e da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas nos serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional, incluindo as entidades integradas no Setor Empresarial do Estado (IdD – Portugal Defence e empresas na área da Defesa onde o Estado detém participações sociais, designadamente, Arsenal do Alfeite, ETI, Naval Rocha, OGMA, EID, EDISOFT, Extra);
- b) Realizar ações orientadas à implementação das medidas de prevenção da corrupção previstas no Regime Geral da Prevenção da Corrupção e nas Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, dirigidas a todos serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional, incluindo as entidades integradas no setor empresarial do Estado, e das obrigações de reporte regular às entidades legalmente competentes;
- c) Promover, numa perspetiva sistémica, preventiva e pedagógica, um plano de ações de sensibilização e prevenção de riscos de responsabilidade financeira, bem como de riscos de corrupção e infrações conexas, dirigidas a todos os serviços, organismos e entidades acima referidos, salientando-se, neste âmbito, a realização no final de junho de uma Ação de Sensibilização sobre o Regime Geral da Prevenção da Corrupção, promovida pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional, que envolveu todos os serviços e organismos que integram o Ministério da Defesa Nacional, e cujo encerramento foi presidido pela Senhora Ministra da Defesa Nacional.

Ainda no âmbito da ação inspetiva da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, importa salientar algumas ações inspetivas em curso ou realizadas durante este Governo, conexas a matérias e áreas consideradas de maior risco:

- a) Auditoria à Avaliação do Processo de Inventariação do Património Imobiliário Afeto à Defesa Nacional;

b) Auditoria dos contratos de empreitadas de Obras Públicas (EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, DGRDN);

c) Inspeção ao Armazenamento e Segurança do Armamento, Equipamento Militar, Munições e Materiais Explosivos;

d) Auditoria à área da contratação Pública (EMGFA);

e) Auditoria ao processo de atribuição de subvenções públicas;

Mais se refere que, no âmbito do dever de colaboração com o Tribunal de Contas, os relatórios de auditoria e outras ações inspetivas da Inspeção-Geral da Defesa Nacional são disponibilizados sempre que este Tribunal o solicita ou enviados por determinação da tutela sempre que dos mesmos resultem situações passíveis de eventual infração financeira.

Relativamente às contas da IdD – Portugal Defence, e de acordo com a informação prestada por esta, informa-se o seguinte:

a) As Contas da IdD – Portugal Defence, logo que aprovadas pelo Conselho de Administração, emitido o Parecer do Conselho Fiscal e certificadas legalmente pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), são enviadas para o Tribunal de Contas e para a Autoridade Tributária, independentemente da respetiva aprovação em Assembleia-Geral;

b) A prestação de contas de 2020 encontra-se concluída e publicitada no Site da IdD – Portugal Defence, tendo, assim, as contas sido enviadas para o Tribunal de Contas, Autoridade Tributária e Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), e aprovadas em Assembleia-Geral;

c) A prestação de contas de 2021 encontra-se aprovada pelo Conselho de Administração da IdD – Portugal Defence, emitida a respetiva Certificação Legal de Contas pelo ROC e emitido o Parecer do Conselho Fiscal. Nos prazos legalmente estabelecidos, as contas de 2021 foram enviadas ao Tribunal de Contas, à Autoridade Tributária e à DGTF;

d) A prestação de contas de 2022 está aprovada pelo Conselho de Administração da IdD – Portugal Defence, obteve a Certificação Legal de Contas do ROC e aguarda Parecer do Conselho Fiscal, que será emitido durante a próxima semana, e após o qual as contas referentes a 2022 serão enviadas de imediato ao Tribunal de Contas, à Autoridade Tributária e à DGTF.

e) A Assembleia-Geral que procederá à aprovação das Contas de 2021 e das Contas de 2022 está agendada para o dia 6 de setembro de 2023, pelas 11h30.

[fim]